

POLÍTICAS AFIRMATIVAS EM MATO GROSSO: EM QUESTÃO O PROJETO POLÍTICAS DA COR NA UFMT

SOUZA, Elaine Martins da Silva – UFMT – ses_martins@yahoo.com.br

GT-21: Afro-Brasileiros e Educação

Agência Financiadora: CNPq

O presente trabalho tem como objetivo divulgar informações preliminares sobre a pesquisa em andamento, que consiste em analisar o Projeto Políticas da Cor na Universidade Federal de Mato Grosso. O Projeto Políticas da Cor na UFMT foi um projeto de políticas afirmativas de permanência executado na Universidade Federal de Mato Grosso com data de início no ano de 2002 e término no ano de 2004.

A discussão a respeito das políticas afirmativas no Brasil é muito recente se iniciando a partir da última década do século XX, mesmo assim é muito polêmica e não aceita pela grande maioria da população. Porém, apesar desta não aceitação ela já é utilizada em alguns estados, principalmente na sua versão mais conhecida que são as políticas de cotas. A Universidade Federal de Mato Grosso foi pioneira em nosso estado em políticas afirmativas, pois teve em seu seio a realização de um projeto de política afirmativa de permanência para negros que já chegou ao fim e que não teve ainda seus resultados divulgados, este projeto foi intitulado “Projeto Políticas da Cor na Universidade Federal de Mato Grosso”.

O Projeto Políticas da Cor na Universidade Federal de Mato Grosso nasceu como iniciativa do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação – NEPRE/UFMT articulado ao Programa de Estudos sobre o Negro na Sociedade Brasileira – PENESB/UFF.

Este projeto de políticas afirmativas de permanência teve como objetivos principais garantir a um grupo de 23 alunos negros e pobres matriculados na UFMT as seguintes condições:

- ✓ Garantir recursos materiais necessários à permanência e à conclusão do curso;
- ✓ Garantir orientação e apoio acadêmicos, com vistas ao alcance de um padrão de excelência no desempenho;
- ✓ Participação em um processo de discussão sistemática da questão racial considerando sua historicidade e contemporaneidade;

- ✓ Estimular uma formação acadêmica comprometida com a reivindicação individual e coletiva dos direitos de cidadania da população em geral e particularmente da população negra.

OBJETIVOS

Este trabalho tem como principal objetivo descobrir se o Projeto Políticas da Cor na UFMT conseguiu alcançar os resultados esperados em seus objetivos iniciais. Também tem o interesse de:

- ✓ Verificar a trajetória escolar e de vida dos estudantes do Projeto Políticas da Cor;
- ✓ Verificar a importância que o Projeto Políticas da Cor teve na vida acadêmica dos estudantes que deste participaram;
- ✓ Identificar se as discussões sobre relações raciais obtiveram alguma mudança na identidade racial dos alunos em relação a sua entrada no projeto.
- ✓ Verificar se o Projeto Políticas da Cor conseguiu ajudar financeiramente à permanência e à conclusão do curso dos estudantes que participaram do projeto;
- ✓ Verificar como estão estes estudantes hoje, onde, o que estão fazendo e se o projeto teve alguma influencia nesta realidade em que estão vivendo.

Universidade: Universo desigual

A universidade, apesar do nome, está longe de ser um ambiente universal, onde se encontraria com equidade pessoas de todas as classes sociais, de todos os gêneros, de todas as raças, de todas as etnias, etc. Pelo contrário, *“o ensino superior brasileiro continua, como o era nos anos 60, um espaço não universalizado cujo acesso está legalmente condicionado às capacidades acadêmicas de cada um”* (MOEHLECHE, 2004 p.29).

Esta discussão não é recente, pois nos anos 60 já haviam pesquisadores preocupados com a democratização da educação superior a todos os indivíduos, ao analisar o perfil dos alunos ingressantes no ensino superior naquela época já se percebia

uma evidente desigualdade. Para a seguinte autora só se poderia falar em democratização do ensino superior se houvesse uma:

(...) completa equidade nas oportunidades de acesso aos diferentes níveis de ensino, oferecidos aos vários grupos da população. Estatisticamente, a realização desse modelo traduzir-se-ia em situações como a seguinte: se, em determinado país, os agricultores (ou os habitantes das zonas rurais, os pretos, os indivíduos de sexo feminino) constituírem a metade da população, nesta mesma proporção hão de figurar no corpo discente das escolas superiores.

(GOUVEIA 1968, *apud* MOEHLECKE 2004 p. 34).

Esta mesma autora pôde concluir após a pesquisa, na década de 60, com universitários do primeiro ano de três instituições superiores paulistas – USP, Mackenzie e PUC-SP – que:

(...) os estratos de nível médio da população estariam mais presentes nessas universidades e que os filhos de trabalhadores manuais representariam apenas um sexto dos discentes (...) além da inclusão desproporcional de alguns grupos sociais na universidade como um todo, também ocorria uma estratificação social nos cursos, onde a distribuição dos diferentes grupos seguia uma hierarquização das carreiras (...).

(idem: p 36)

Podemos perceber com pesar que após quase quatro décadas, a realidade não encontra grandes diferenças para vários dos grupos das chamadas “minorias”. Um dos grupos mais prejudicados com a desigualdade no acesso ao ensino superior são os negros. *“Apesar de o país ter 45% de pretos e pardos, segundo o Censo 2000, sabe-se que é do topo da pirâmide do sistema educacional brasileiro que se percebe com clareza a dimensão da desigualdade racial no país: os negros somam apenas 2% da população universitária brasileira; os brancos e os amarelos que representam 54% da população detêm 98% das vagas atuais no Ensino Superior”*. (SANTOS, 2004 p. 40).

Quando o negro consegue ultrapassar as evidentes barreiras encontradas e adentrar ao seletivo grupo dos universitários, geralmente continua em situação de desvantagem. Moema de Poli Teixeira (2003) em seu livro, “Negros na Universidade:

Identidade e Trajetória de ascensão Social no Rio de Janeiro” nos apresenta o perfil de estudantes afro-descendentes nas universidades:

(...) é o de um indivíduo de origem social mais baixa, que frequentou escolas de primeiro e segundo graus de ensino deficiente e que, por alguma razão consegue ascender ao ensino superior, considerado de bom nível, por exemplo, em uma faculdade federal. A maior parte deles faz escolhas que recaem sobre cursos da área de humanas, carreiras menos valorizadas no mercado de trabalho e menos concorridos no exame vestibular, muitas vezes determinadas por atitudes consideradas por eles como “realistas” diante das possibilidades a que se colocam, demonstrando um nível mais baixo de “aspiração”, condizente com as “limitações” impostas por uma origem nas classes sociais desfavorecidas (...).

(p. 186).

Muitos acreditam que esta realidade mudará por si só, sem uma intervenção externa, porém pesquisas nos mostram que a tendência é uma constante repetição da realidade:

(...) sabemos que a escolaridade média dos brancos e dos negros tem aumentado de forma contínua ao longo do século XX. Contudo, um jovem branco de 25 anos tem, em média, mais 2,3 anos de estudo que um jovem negro da mesma idade, e essa intensidade da discriminação racial é a mesma vivida pelos pais desses jovens - a mesma observada entre seus avós. (...) em termos do projeto de sociedade que o país está construindo, o mais inquietante é a evolução histórica e a tendência de longo prazo dessa discriminação.

(HENRIQUES, 2001: p.30)

Ricardo Henriques ilustra claramente a citação anterior ao nos dizer que apesar da melhoria na educação, do aumento dos anos de estudo, enfim apesar da constante melhoria no nível de escolaridade da população brasileira, em praticamente todos os estratos sociais, a distância que separava os grupos raciais (brancos e negros) no início do século XX, permaneceu praticamente sem nenhuma diferenciação após 100 anos. Demonstrando assim que as desigualdades educacionais entre brancos e negros não são explicáveis única e exclusivamente pelas diferenças socioeconômicas.

Para alguns estudiosos esta realidade tende a se repetir continuamente se não houver uma interferência externa, a esta interferência damos o nome de políticas afirmativas.

Segundo Guimarães 2006, as políticas de ação afirmativas conceituam-se como: *“ação, de caráter temporário, com objetivo específico, que visam a priorizar*

benefícios em favor de minorias, sejam elas discriminadas pela cor, pela raça, pelo gênero, pela condição física em diferentes campos da sociedade”. (P.37).

Quase sempre que encontramos qualquer referencia ao tema de políticas afirmativas estas o fazem a políticas de cotas, porém acreditamos que as políticas de permanência são tão importantes quanto, por este motivo acreditamos que o tema desta pesquisa é muito relevante, pois não basta colocar o negro na universidade sem dar a este, condições de permanência até o termino de seu curso evitando assim evasão e desistência.

Considerações Finais

O instrumental técnico escolhido para o trabalho de campo foi à entrevista semi-estruturada onde se tem a possibilidade de articular a entrevista estruturada que tem perguntas já formuladas, com a não-estruturada onde o entrevistador aborda livremente o assunto. (MINAYO: 1998, p. 58).

As entrevistas foram individuais e executadas no mês de dezembro de 2007 e janeiro de 2008. Estas foram gravadas e posteriormente foram transcritas e analisadas para uma maior riqueza de detalhes e fatos.

O trabalho encontra-se em fase de análise dos dados que foram colhidos através das entrevistas de 16 dos 23 ex-bolsistas que participaram do Projeto Políticas da Cor na UFMT.

Referencias Bibliográficas

GUIMARÃES, Maristela Abadia. No meio do caminho tinha uma discriminação, tinha uma discriminação no meio do caminho: o potencial transformador das cotas raciais. Cuiabá/ MT: Universidade Federal de Mato Grosso, 2006. Dissertação de Mestrado.

HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: Evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

MINAYO, Cecília de Souza (ORG). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOEHLECKE, Sabrina. *Fronteiras da Igualdade no Ensino Superior: Excelência e Justiça Racial*. São Paulo/SP: Universidade de São Paulo, 2004. Tese de Doutorado.

SANTOS, Cássia Fabiane. *Negros na UFMT: Trajetória Escolar de Alunos dos Cursos de História, Economia e Direito*. Cuiabá/MT: Universidade Federal de Mato Grosso, 2004. Dissertação de Mestrado.

TEIXEIRA, Moema de Poli. *Negros na Universidade: Identidade e Trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ: Pallas, 2003.

Palavras-chaves: Políticas afirmativas, universidade e permanência.